

Nelson Nery Costa

**DIREITO
CONSTITUCIONAL
BRASILEIRO**

2ª edição



EDITORA

Rio de Janeiro
2023

2ª edição -- 2023

1ª edição -- 2021

© Copyright: *Nelson Nery Costa*Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery Costa*

Conselho Editorial: • *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis*
 • *Arnaldo Rizzardo* • *Arruda Alvim* • *Cláudio Brandão* • *Florisbal de Souza Del' Olmo*
 • *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro* • *Nelson Nery Costa* • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira*

Diagramação: *Olga Martins*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C874d

2. ed.

Costa, Nelson Nery, 1959-

Direito constitucional brasileiro / Nelson Nery Costa. - 2. ed. - Rio de Janeiro :
 GZ, 2023.

1170 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-061-1

I. Direito constitucional - Brasil. I. Título.

23-82253

CDU: 342.4(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB 7/6439

30/01/2023 02/02/2023

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/1998).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.brwww.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410

Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP

Tel.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil
 Printed in Brazil

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PREFÁCIO	XIX
INTRODUÇÃO	1
1. DIREITO CONSTITUCIONAL E PODER CONSTITUINTE	5
1.1. Noção de Direito e de Justiça.....	5
1.2. Dicotomia Pública e Privada.....	7
1.3. Noção de Direito Público.	9
1.4. Noção de Direito Constitucional	10
1.5. Vontade Geral em Rousseau.....	14
1.6. Poder Constituinte em Sieyès	19
1.7. Poder Constituinte e suas Espécies.....	21
2. CONSTITUIÇÃO NA TEORIA E NA HISTÓRIA	23
2.1. Contrato Social em Hobbes.....	23
2.2. Contrato Social em Locke.....	27
2.3. Contrato Social em Rousseau.....	28
2.4. Pensamento Político em O Federalista	30
2.5. Bill of Rights de 1689	33
2.6. Declaração de Independência de 1776.....	36
2.7. Constituição Norte-Americana de 1786.....	39
2.8. Constituições Francesas de 1791 e 1793	48
2.9. Noção Geral de Constituição.....	50
2.10. Classificação das Constituições.....	51
3. HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.....	53
3.1. Organização Política Colonial	53
3.2. Constituição de 1824 e o Império	64
3.3. Constituição da República de 1891.....	67
3.4. Constituições da República de 1934 e de 1937.....	68
3.5. Constituição da República de 1946.....	70
3.6. Constituição da República de 1967 e Emenda nº 1 de 1969.....	72
3.7. Poder Constituinte em 1987 e em 1988	74
3.8. Constituição de 1988 e seu Preâmbulo	79
3.9. Emendas de Revisão e Emendas Constitucionais	80
4. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	91
4.1. Noção de Cidadania Civil.....	91

4.2. Princípios Fundamentais da Constituição	95
4.3. Princípios Administrativos Constitucionais	98
4.4. Princípio da Isonomia, da Liberdade e da Legalidade	101
4.5. Liberdade de Pensamento, de Expressão e de Associação	104
4.6. Imprensa e Resposta na Constituição	108
4.7. Direito à Intimidade e à Honra	127
4.8. Direito à Propriedade e Função Social	128
4.9. Direito do Consumidor e do Usuário	130
4.10. Direito de Certidão e de Informação	136
4.11. Direito ao Acesso à Justiça	139
4.12. Princípios e Garantias do Cidadão	144
4.13. Disciplinas das Regras Constitucionais	154
5. DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES	157
5.1. Declarações de Direitos Sociais	157
5.2. Direitos da Cidadania Social	160
5.3. Relação de Emprego Protegido	162
5.4. Proteção ao Salário do Trabalhador	164
5.5. Vantagens, Jornada e Descanso	165
5.6. Proteção à Saúde e ao Trabalho	167
5.7. Convenção, Acordo e Ação Coletiva	170
5.8. Garantias aos Desfavorecidos Socialmente	171
5.9. Direito de Greve dos Trabalhadores	173
5.10. Direitos dos Trabalhadores Brasileiros	175
6. DIREITO À NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS	179
6.1. Brasileiro, Português e Naturalização	179
6.2. Perca da Nacionalidade e Asilo	181
6.3. Liberdade Política e Maioria	184
6.4. Noção de Soberania Popular	185
6.5. Eletividade e Inelegibilidade no Brasil	189
6.6. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	192
6.7. Direitos Políticos Brasileiros	193
6.8. Partidos Políticos Brasileiros	195
7. FORMA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	199
7.1. Estado como Organização Política	199
7.2. Teoria das Formas de Estado	204
7.3. Federalismo Desenvolvido no Brasil	210

7.4. Organização Política Administrativa.....	213
7.5. Intervenção da União Federal.....	215
7.6. Intervenção dos Estados-membros.....	218
7.7. Decreto de Intervenção Constitucional.....	219
8. UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS E DISTRITO FEDERAL	223
8.1. Noção de União Federal.....	223
8.2. Bens da União Federal	229
8.3. Atribuições da União Federal.....	233
8.4. Competência Legislativa Federal.....	239
8.5. Competência Comum	253
8.6. Competência Concorrente.....	257
8.7. Competência do Estado-Membro	263
8.8. Bens do Estado-Membro	268
8.9. Distrito Federal e suas Atribuições.....	270
8.10. Territórios e Regiões Brasileiras	271
9. MUNICÍPIOS NA REALIDADE BRASILEIRA.....	275
9.1. Municipalismo e suas Demandas Atuais.....	275
9.2. Desenvolvimento do Município no Brasil	281
9.3. Autonomia Municipal Brasileira.....	302
9.4. Poder Executivo Municipal	324
9.5. Poder Legislativo Municipal	326
9.6. Poder de Polícia Municipal	329
9.7. Lei Orgânica do Município	331
9.8. Competência do Município Brasileiro.....	333
9.9. Fiscalização no Município Brasileiro	348
9.10. Política Pública Municipal	351
10. SEPARAÇÃO DE PODERES E FORMAS DE GOVERNO	369
10.1. Separação de Poderes em Aristóteles.....	369
10.2. Separação de Poderes em Políbio.....	372
10.3. Separação de Poderes em Locke.....	378
10.4. Separação de Poder em Montesquieu.....	379
10.5. Separação de Poder em O Federalista	382
10.6. Aspectos do Governo Parlamentarista	395
10.7. Aspectos do Governo Presidencialista.....	399
10.8. Outras Formas de Governo.....	401

11. PODER LEGISLATIVO E PROCESSO LEGISLATIVO	405
11.1. Noção de Poder Legislativo.....	405
11.2. Aspectos do Congresso Nacional.....	410
11.3. Aspectos da Câmara dos Deputados	426
11.4. Aspectos do Senado Federal.....	429
11.5. Funções dos Deputados e dos Senadores.....	436
11.6. Reuniões Parlamentares no Congresso.....	442
11.7. Comissões Parlamentares no Congresso	445
11.8. Processo Legislativo Brasileiro	447
11.9. Espécies de Leis Brasileiras	453
11.10. Iniciativa de Leis na Constituição	457
11.11. Tramitação Legal na Constituição	459
12. PODER EXECUTIVO E SUAS ATRIBUIÇÕES	465
12.1. Presidente e Vice-Presidente no Brasil	465
12.2. Atribuições do Presidente da República	471
12.3. Responsabilidade do Presidente da República	482
12.4. Ministro de Estado no Brasil	486
12.5. Conselho da República na Constituição	487
12.6. Conselho Nacional da Defesa.....	488
13. PODER JUDICIÁRIO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA.....	491
13.1. Noção de Poder Judiciário	491
13.2. Organização do Judiciário Brasileiro	500
13.3. Quinto Constitucional e Garantia do Juízo.....	503
13.4. Competência Judicial no Brasil	506
13.5. Autonomia do Judiciário Nacional	510
13.6. Precatórios e seu Rito de Pagamento	512
13.7. Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN)	517
14. COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	525
14.1. Supremo Tribunal Federal (STF).....	525
14.2. Competência Originária do STF.....	526
14.3. Competência Recursal do STF.....	533
14.4. Competência Ordinária do STF	534
14.5. Súmula Vinculante e sua Força	535
14.6. Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	538
14.7. Competência Originária do STJ	539
14.8. Competência Recursal do STJ.....	543

14.9. Recurso Especial no STJ	544
14.10. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	545
15. JUSTIÇA FEDERAL, DO TRABALHO, ELEITORAL, MILITAR E ESTADUAL	549
15.1. Competência da Justiça Federal	549
15.2. Organização da Justiça Federal	554
15.3. Competência da Justiça do Trabalho	555
15.4. Tribunal Superior do Trabalho (TST)	559
15.5. Tribunal Regional do Trabalho (TRT)	561
15.6. Organização da Justiça Eleitoral	562
15.7. Justiça Militar Brasileira	565
15.8. Justiça Estadual Brasileira	567
15.9. Justiça Itinerante, Questão Agrária e Juiz de Paz	570
16. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	573
16.1. Ministério Público Brasileiro	573
16.2. Competência do Ministério Público	581
16.3. Advocacia Pública Brasileira	586
16.4. Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	590
16.5. Defensoria Pública Federal e Estadual	596
17. NORMA CONSTITUCIONAL, INTERPRETAÇÃO E EFETIVIDADE	621
17.1. Noção de Constituição Política	621
17.2. Norma Constitucional e sua Dimensão	624
17.3. Lei e seu Modo de Interpretação	625
17.4. Lei, Ordenamento Jurídico e Constituição	626
17.5. Aplicação, Integração e Interpretação	631
17.6. Efetividade no Direito Brasileiro	635
17.7. Efetividade da Norma Constitucional	640
18. CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS	643
18.1. Dimensão da Superioridade da Constituição	643
18.2. Controle da Constitucionalidade das Leis	646
18.3. Controle Difuso de Constitucionalidade	648
18.4. Controle Concentrado de Constitucionalidade	651
18.5. Controle Francês ou Político	653
18.6. Primeira Fase do Controle no Brasil	655
18.7. Segunda Fase do Controle no Brasil	657
18.8. Declaração de Inconstitucionalidade das Leis	662

18.9. Controle Difuso no STF	664
18.10. Controle Concentrado no STF	668
18.11. Ação Direita de Inconstitucionalidade	671
18.12. Ação Declaratória de Constitucionalidade	675
18.13. Ação de Inconstitucionalidade por Omissão	677
18.14. Ação de Inconstitucionalidade Interventiva	679
18.15. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	682
18.16. Legislação de Controle da Constitucionalidade	686
19. AÇÕES CONSTITUCIONAIS E PROCESSOS	693
19.1. Remédios Constitucionais Brasileiros	693
19.2. Desenvolvimento do Habeas Corpus	694
19.3. Desenvolvimento do Mandado de Segurança Individual	700
19.4. Mandado de Segurança Coletivo	712
19.5. Desenvolvimento da Ação Popular	714
19.6. Inovação com o Habeas Data	717
19.7. Inovação com o Mandado de Injunção	718
19.8. Ação Civil Pública	720
19.9. Ação de Desapropriação Constitucional	723
19.10. Ação de Usucapião Especial	733
20. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIDOR	737
20.1. Administração Pública e sua Atuação	737
20.2. Princípios da Administração Pública	740
20.3. Cargo no Serviço Público.	743
20.4. Remuneração e Subsídio do Servidor	750
20.5. Servidores Públicos Brasileiros	752
20.6. Previdência dos Servidores Públicos	755
20.7. Estabilidade do Servidor Público	762
20.8. Servidor Público Militar	763
20.9. Responsabilidade do Estado no Brasil	764
20.10. Aspectos do Processo Administrativo	765
20.11. Aspectos do Processo de Licitação	770
21. DEFESA DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO	793
21.1. Estado de Defesa Brasileiro	793
21.2. Estado de Sítio e de Defesa	796
21.3. Forças Armadas Brasileiras	801

21.4. Serviço Militar Brasileiro.....	807
21.5. Segurança Pública Brasileira	808
21.6. Polícia Federal e suas Congêneres	809
21.7. Polícia Judiciária Brasileira	810
21.8. Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar	811
21.9. Guarda Municipal no Brasil.....	812
22. ORÇAMENTO, CONTROLE E TRIBUNAL DE CONTAS	815
22.1. Orçamentos Públicos Brasileiros.....	815
22.2. Controle da Administração Pública.....	827
22.3. Fiscalização da Administração Pública	833
22.4. Controle Externo no Brasil.....	834
22.5. Comissão Mista no Legislativo	837
22.6. Tribunal de Contas da União.....	840
22.7. Tribunal de Contas dos Estados-membros e dos Municípios.....	843
22.8. Controle Interno no Brasil.....	845
22.9. Responsabilidade Fiscal no Brasil.....	845
22.10. Despesas com Servidor Público	851
23. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E IMPOSTOS	855
23.1. Sistema Tributário Nacional.....	855
23.2. Princípios Gerais Tributários	860
23.3. Limitação ao Poder de Tributar	873
23.4. Impostos da União Federal	885
23.5. Impostos Estadual e Distrital	899
23.6. Impostos Municipais no Brasil	911
23.7. Repartição da Receita Tributária.....	922
24. ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA	931
24.1. Ordem Econômica no Brasil.....	931
24.2. Serviço Público Brasileiro.....	942
24.3. Sociedade e Empresa Pública	952
24.4. Jazidas, Monopólio e Transportes.....	961
24.5. Microempresa e Turismo.....	967
24.6. Política Urbana Brasileira.....	968
24.7. Política Agrícola Brasileira.....	985
24.8. Sistema Financeiro Nacional.....	987
24.9. Banco Central do Brasil.....	995
24.10. Conceito e Tipos de Banco.....	999

25. ORDEM SOCIAL, DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	1009
25.1. Ordem Social no Mundo	1009
25.2. Seguridade Social no Brasil	1017
25.3. Sistema Único de Saúde.....	1034
25.4. Desenvolvimento da Previdência Social	1040
25.5. Previdência Social Brasileira	1045
25.6. Assistência Social Brasileira	1065
25.7. Aspectos da Educação Brasileira.	1066
25.8. Aspectos da Cultura e do Desporto	1076
25.9. Ciência, Tecnologia e Comunicação Social.....	1082
25.10. Meio Ambiente no Brasil	1087
25.11. Família, Criança e Adolescente	1090
25.12. Idoso, Pessoa com Deficiência e Índios.....	1097
25.13. Disposições Gerais	1103
25.14. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	1106
 BIBLIOGRAFIA.....	 1117